



Vivendo
dias melhores

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMARAGIBE

Camaragibe, 09 de fevereiro de 2023

MEMORANDO Nº 64/2023 (Assessoria e Contratos - SESAU)

A Comissão Permanente de Licitação – CPL

Att. Pedro Emanuel;

C/C Gerenciadora do Sistema Sagres Lincon - GSL

Att. Adriele Oliveira

Prezados,

Serve o presente para dar ciência dos Seguintes documentos:

- Assinatura dos contratos nº 041 e 042/2023
- Publicação do Extrato e da Portaria do gestor e fiscal do Contrato

Referente ao Processo Licitatório nº 112/2022, Pregão Eletrônico nº 018/2022, que tem Como objeto a seguinte redação;

Constitui objeto do presente contrato à **aquisição de enxoval hospitalar para suprir as necessidades dos profissionais de saúde e pacientes dos serviços de urgência e emergência do município de Camaragibe.**

Empresas:

- CONTRATO Nº 041/2023 - **COMERCIAL MASTER EIRELI - ME**
- CONTRATO Nº 042/2023 - **ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA**

Atenciosamente,

RACHEL CURVELO
MAT. 4.0103355.2
ASSESSORIA E CONTRATOS - SESAU

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
Departamento de Licitação
Recebido em: 09/02/23 às 12:40 h

Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

EXTRATO DO CONTRATO N° 042, FIRMADO EM 03 DE FEVEREIRO DE 2023

EXTRATO DO CONTRATO N° 042, FIRMADO EM 03 DE FEVEREIRO DE 2023

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO N° 018/2022

BASE LEGAL: LEI N° 8.666/93 -10.520/2002

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 112/2022

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMARAGIBE

CNPJ:41.230.038/0001-38

CONTRATADA: ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA

CNPJ: 14.323.297/0001-30

OBJETO: O Objeto do presente processo consiste estabelecer os requisitos mínimos a serem observados no **Registro de Preços**, com validade de 12 meses, visando à **aquisição de enxoval hospitalar** para suprir as necessidades dos profissionais de saúde e pacientes dos serviços de urgência e emergência do município de Camaragibe, conforme especificações e estimativas de consumo nos itens que constituem o Apêndice I deste Termo de Contrato.

VALOR TOTAL: R\$ 53,188,00

PRAZO: 03/02/2023 A 04/06/2023

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

PROJETO-ATIVIDADE/NATUREZA DE DESPESA/FONTE:

30.14.10.302.1068.2.284.3.3.90.30.051

Publicado por: Arthur Henrique Borba
Código Identificador: 080223035915

Matéria publicada no Diário Oficial de Camaragibe - Estado de Pernambuco no dia 08/02/2023 A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: <https://diariooficial.camaragibe.pe.gov.br>



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



CONTRATO Nº 042/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2022

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO PARCELADO PARA A AQUISIÇÃO DE ENXOVAL HOSPITALAR AFIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E PACIENTES DOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E A EMPRESA ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA, CNPJ Nº 14.323.297/0001-30, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2022, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 42/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Belmino Correia nº 3038 – Timbi – Camaragibe – PE, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 08.260.663/0001-57, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Belmino Correia nº 3038 – 1º Andar – Timbi – Camaragibe – PE, devidamente inscrito no CNPJ 41.230.038/0001-38; representado neste ato, pelo senhor SECRETÁRIO DE SAÚDE: ANTONIO FERNANDO AMATO BOTELHO DOS SANTOS, brasileiro, casado, biomédico, RG nº 5.696.534-SSP/PE, CPF/MF nº 039.244.104-70, residente e domiciliado à Rua Dr. João Santos Filho, 250, Apto. 1601 – Parnamirim – Recife-PE, CEP 52.060-615; doravante designados simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: EMPRESA ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA, com sede na RUA BARÃO DO RIO BRANCO, Centro, CEP 35790168, inscrita no CNPJ sob o nº 14.323.297/0001-30, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr(a). ANDERSON CARLOS DINIZ SILVA, Carteira de identidade nº 14854629, inscrito no CPF nº 083.721.346-00, ao fim assinado, doravante denominada de CONTRATADA, têm entre si, justos e acordados, o presente CONTRATO oriundo do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2022, tudo de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar n 123/06 e mediante as cláusulas e condições adiante expedidas, a que mutuamente se obrigam:

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

02.01 - O Objeto do presente processo consiste estabelecer os requisitos mínimos a serem observados no Registro de Preços, com validade de 12 meses, visando à aquisição de enxoval hospitalar para suprir as necessidades dos profissionais de saúde e pacientes dos serviços de urgência e emergência do município de Camaragibe, conforme especificações e estimativas de consumo nos itens que constituem o Apêndice I deste Termo de Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.01. Pelo, objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R\$ 53.188,00 (CINQUENTA E TRÊS MIL, CENTO E OITENTA E OITO REAIS)**, fixo e irrevogável, referente a entrega conforme pedido da secretaria demandante, com os valores e preços estabelecidos na tabela, anexo I, deste Instrumento Contratual, mediante apresentação da fatura/nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente do CONTRATANTE.

3.02. Os itens que são objeto deste instrumento contratual estão descritos no Anexo I.

3.03. O Fundo Municipal de Saúde de Camaragibe efetuará o pagamento da(s) nota(s) fiscal(is) referente ao fornecimento do objeto deste Termo de Contrato em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de entrega da(s) mesma(s), devendo ser apresentada devidamente atestada e corretamente preenchida, sem rasura.

3.04. - O pagamento será efetuado através de ordem bancária a favor da instituição bancária indicada pela Contratada.

3.05. - Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos de frete, inclusive quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato.

3.06. - A Administração reserva-se no direito de suspender o pagamento se o objeto for entregue em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Contrato.

3.07. - Antes do pagamento, o Contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade das certidões nos sites oficiais, especialmente quanto à regularidade fiscal e trabalhista, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

3.08. - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

3.09. - A Detentora/Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.01 - O prazo de vigência deste contrato oriundo da Ata de Registro de Preços respeitará o limite dos créditos orçamentários, nos termos do disposto no art. 57 da Lei 8.666/93 e da Lei de Responsabilidade Fiscal será de 04 (quatro) meses, contados a partir da data de assinatura.

4.02. As despesas em decorrência do objeto deste Termo de Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Camaragibe:

30.14.10.302.1068.2.284.3.3.90.30.051

4.03. No exercício seguinte, as despesas correrão à conta de recursos próprios para atender as despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

4.04. Os recursos financeiros serão custeados com o repasse financeiro proveniente da Portaria MS 3.437 de 29/12/2016, a qual dispõe sobre a transferência de recursos financeiros para estruturação da Vigilância Alimentar e Nutricional por meio da compra de equipamentos antropométricos adequados, com contrapartida do orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Camaragibe.

3

CLÁUSULA QUINTA - DOS QUANTITIVOS E DAS DESCRIÇÕES

5.01 - Esta aquisição se faz necessária para suprir a necessidade de enxoval hospitalar nas unidades de urgência e emergência do município de Camaragibe.

5.02 - Os itens a serem adquiridos, as formas de apresentação e as quantidades estimadas para consumo durante 04 (quatro) meses, estão descritos no Apêndice I deste Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA ENTREGA E ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.01 - A aquisição dos produtos deve começar imediatamente após a assinatura do contrato.

6.02 - O prazo para começar a entrega dos produtos será após a assinatura do contrato.

6.03 - A entrega do enxoval hospitalar deverá de acordo com as necessidades do Contratante em no máximo 15 (quinze) dias úteis contados após o recebimento da solicitação.

6.04 - O local de entrega dos enxovais será na Maternidade Amiga da Família de Camaragibe, situada na Rua Professor Luiz Gonzaga Pereira da Silva, nº 100, Bairro Novo, Camaragibe/PE, CEP:54.762-470, no horário das 08h:00min às 13h:00min.

6.05 - A cada entrega serão conferidos os enxovais, verificando-se todas as especificações contidas neste Termo de Contrato.

6.06 - A descarga dos enxovais e sua acomodação na Maternidade Amiga da Família de Camaragibe deverá ser feita por funcionários da empresa contratada, devendo estar devidamente uniformizado e provido de equipamentos de segurança necessários ao trabalho e orientados durante a entrega dos materiais, por um funcionário do Almoxarifado.

6.07 - O objeto deste Termo de Contrato será recebido:

a) Provisoriamente, pelo fiscal para efeito de posterior verificação de conformidade dos enxovais com as especificações constantes neste Termo de Referência, no prazo de até 01 (um) dia útil, a contar da data de entrega; e

b) Definitivamente, pelo fiscal após a conferência, verificação das especificações, qualidade, quantidade dos itens e da conformidade dos enxovais entregues, de acordo com a proposta apresentada, no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar do Recebimento Provisório.

6.08 - O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades: administrativa, civil e penal da Contratada.

6.09 - O enxoval deve ser entregue em perfeito estado e com plena condição de uso.

6.10 - Os enxovais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo Contrato, devendo ser substituído no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.01 - O objeto deste Contrato será recebido:

a) Provisoriamente, pelo fiscal para efeito de posterior verificação de conformidade dos itens de **enxoval hospitalar**, com as especificações constantes neste Contrato, no prazo de até 01 (um) dia útil, a contar da data de entrega; e

b) Definitivamente, pelo fiscal após a conferência, verificação das especificações, qualidade, quantidade dos itens e da conformidade dos materiais e instrumentais odontológicos entregues, de acordo com a proposta apresentada, no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar do Recebimento Provisório.

7.02 - O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades: administrativa, civil e penal da Contratada.

7.03 - Os materiais e instrumentais odontológicos devem ser entregues em perfeito estado e com plena condição de uso.

7.04 - Na hipótese dos itens de **enxoval hospitalar** apresentarem irregularidades não sanadas, não será dado o recebimento e será reduzido a termo o fato e encaminhado à autoridade competente, para procedimentos cabíveis, caso não haja a substituição do mesmo dentro dos prazos ora pactuados.

CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO(S) CONTRATO(S) QUE DELA ORIGINAR(EM)

8.01 - A Gestão da Ata de Registro de Preços e do(s) Contrato(s) que dela originar(em) ficará sob a responsabilidade da Servidor(a) Sr(a). Sra. Cícera Eugênia Dantas da Cunha, matrícula nº 0.0000630.1.

8.02 - A Fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços e do(s) Contrato(s) que dela originar(em) ficará sob a responsabilidade do servidor(a) Sr(a). Sra. Albilane Maria da Silva, matrícula nº 4.0001333.3. O/A fiscal substituto/a será a Sr(a). Sra. Maria de Fátima Correia de Araújo Selva, matrícula nº 4.800.5222.5.

8.03 - Não obstante a Detentora/Contratada ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, ao Órgão Gerenciador/Contratante é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

8.04 - Caberá ao Fiscal da Ata de Registro de Preços e do(s) Contrato(s) que dela originar(em):

a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;

b) Conhecer plenamente os termos contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* do Contratante e da Contratada;

- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do Contrato;
- d) Exigir da Contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer o contrato e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o fornecimento irregular, não aceitando material e instrumental odontológico diverso daquele que se encontra especificado neste Contrato, assim como observar, para o correto recebimento;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Contratada;
- h) Comunicar formalmente ao Gestor do Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Contratada;
- i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o presente Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.05 - Caberá ao Gestor da Ata de Registro de Preços e do(s) Contrato(s) que dela originar(em)::

- a) Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia da Contratada;
- b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;
- c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal do Contrato;
- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelo fiscal do Contrato;
- f) Providenciar o pagamento das notas fiscais emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- h) Orientar o fiscal do Contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.01 - Sem prejuízo das obrigações constantes na Lei 8.666/93, caberá à Contratada:

- a) A responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis, decorrentes da execução do presente Contrato, nos termos do art. 71 da Lei 8.666/93.

- b) Nos termos do art. 70 da Lei 8.666/93, a Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- c) Obriga-se a Contratada a manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas bem como com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na ocasião do Pregão.
- d) Fornecer os materiais de acordo com as especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência.
- e) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do Contrato.
- f) Responsabilizar-se pelo transporte dos materiais de seu estabelecimento até o local determinado pela solicitante, em perfeita conservação, bem como pelo seu descarregamento.
- g) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, se verificados vícios, defeitos ou incorreções.
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Contratante.
- i) Responsabilizar-se pelo custeio toda e qualquer despesa inerente à perfeita execução do Contrato.
- j) Indicar preposto que se responderá perante o Contratante.
- k) Atender prontamente às requisições do Contratante no fornecimento do objeto deste Contrato na quantidade e especificações exigidas.
- l) Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Contratante, cumprindo as exigências do mesmo.
- m) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.01 - Caberá ao Contratante as seguintes obrigações:

- a) Efetuar o pedido de fornecimento em conformidade com a discriminação constante neste Contrato e no Termo de Referência, por meio de Ordem de Fornecimento (OF) ou nota de empenho.
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato.
- c) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais e instrumentais odontológicos recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo
- d) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada com relação ao objeto do Contrato.

- e) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos enxovais fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- f) Designar Servidores, por ato próprio, para efetuar a fiscalização e gestão dos contratos na forma da **Lei N° 8666 e da ORIENTAÇÃO TÉCNICA DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO OTCGM N°3 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019**
- g) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através do gestor e fiscal do Contrato.
- h) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Contrato.
- i) A Secretaria de Saúde não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- j) Comunicar em tem hábil, por e-mail, à Contratada, a quantidade de enxovais a serem fornecidos, em solicitações assinadas pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DO OBJETO

11.01 – O prazo de garantia do objeto é de no mínimo 03 (três) meses para o item 006 e de no mínimo 01 (um) ano para os itens 001, 002, 003, 004 e 005, contados a partir da data de recebimento definitivo dos produtos.

11.02 – A garantia abrange a manutenção corretiva dos equipamentos (por intermédio da(s) licitantes(s) ou de sua(s) credenciadas(s), se for o caso, em Pernambuco, e de acordo com as normas técnicas específicas, a fim de mantê-los em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a Prefeitura.

11.02.01 – Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a remover os defeitos apresentados pelos equipamentos, compreendendo, nesse caso, a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES E SANCÕES

12.01 - Quem convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar a ATA/contrato, deixar de entregar documento ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no item seguinte;

12.02 - Além da sanção prevista acima ainda podem ser aplicadas as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8

12.03 - A penalidade de multa será aplicada nos seguintes termos:

a) Pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado, de 1% (um por cento) do valor do produto, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento);

b) Pela recusa em executar o fornecimento, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado, de 10% (dez por cento) do valor do produto;

c) Pela demora em corrigir falha no fornecimento, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor do contrato, por dia decorrido;

d) Pela recusa em corrigir as falhas no fornecimento, entendendo-se como recusa o fornecimento não efetivado nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do contrato;

e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal nº 8.666/93, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 2% (dois por cento) do valor contratado, para cada evento

12.04 - As infrações serão consideradas reincidentes se, durante o prazo da contratação, o Contratado cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual.

12.05 - Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos legais, sendo-lhe franqueada vista do processo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.01 - Deverá ser exigido a seguinte documentação de qualificação técnica:

13.01.01 - Comprovação de experiência prévia de fornecimento de objeto compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado;

a) Será considerado compatível com a quantidade o(s) atestado(s) que apresentar(em), no mínimo, 15% (quinze por cento) das quantidades estimadas na licitação para cada item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um item;

- b) Para efeito do disposto acima será admitido o somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados;
- c) Não serão aceitas atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital.

9

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.01 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, dentro do limite previsto no Artigo 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.01 - A inexecução total ou parcial do objeto da licitação ensejará a rescisão do contrato, conforme disposto nos artigos 77 à 80, da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.02 - A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou nas hipóteses do artigo 79 do mesmo diploma legal, quando cabível.

15.03 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E À PROPOSTA

16.01 - Integram o presente instrumento, o Processo Administrativo nº 112/2022, Processo Licitatório nº 112/2022, tombado sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 018/2022, com seus anexos, e a proposta da CONTRATADA, adjudicada e homologada pelo CONTRATANTE.

16.02 - A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, (todas as condições de habilitação exigidas no Pregão Eletrônico nº 018/2022, no ato da contratação ou a regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes, INSS e FGTS).

16.03 - Este contrato regula-se pelas suas cláusulas, pelas Leis Federais 8.666/93, 10.520/02, 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CONTAGEM DOS PRAZOS

17.01 - Nos termos do artigo 110 da Lei Federal nº 8.666/93, na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente no órgão ou na entidade.

APÊNDICE I DO TERMO DE CONTRATO

12

LOTE 21					
ITEM 1	DESCRIÇÃO:	MARCA	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DOS ITENS
				R\$	R\$
	Descrição: EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI Lençol para leito sem elástico tamanho 240cm X 160cm, em tecido 100% algodão, mínimo 200 fios por cm ² , na cor branca. Dotado de elástico fita 15mm, 100% algodão nas extremidades, peça com acabamento industrial. Aplicação da logomarca monocromática medindo 25cm X 20cm nas duas extremidades.	CONFORT	500	R\$ 49,99	R\$ 24.995,00

LOTE 22					
ITEM 1	DESCRIÇÃO:	MARCA	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DOS ITENS
				R\$	R\$
	Descrição: EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI Lençol para mini berço tamanho 40cm X 80cm, em tecido 100% algodão, mínimo 200 fios por cm ² , na cor branca. Acabamento industrial	CONFORT	100	R\$ 11,99	R\$ 1.199,00

LOTE 23					
ITEM 1	DESCRIÇÃO:	MARCA	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DOS ITENS
				R\$	R\$
	<p>Descrição: EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI Lençol com elástico para mesa de exame clínico (maca) tamanho 190cm X 80cm, em tecido 100% algodão, mínimo 200 fios por cm², na cor branca. Dotado de elástico fita 15mm, 100% algodão nas extremidades, peça com acabamento industrial. Aplicação da logomarca monocromática medindo 25cm X 20cm nas duas extremidades.</p>	CONFORT	600	R\$ 44,99	R\$ 26.994,00
				VALOR TOTAL R\$ 53,188,00	

13

Assinado digitalmente por ANTONIO FERNANDO AMATO BOTELHO DOS SANTOS 03924410470
 DN: c, postal, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla, ou=DIC0890207000178, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, CN=ANTONIO FERNANDO AMATO BOTELHO DOS SANTOS 03924410470
 Radix: Estava o autor deste documento
 Localização sua localização de assinatura aqui
 Data: 2023.02.08 13:43:41-03'00"
 Fonte: PDF-Reader Versão: 1.1.0.0

gov.br

Documento assinado digitalmente
 ANDERSON CARLOS DINIZ SILVA
 Data: 07/02/2023 13:03:49-0300
 Verifique em <https://verificador.iti.br>



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

PORTARIA 020 de 03 FEVEREIRO de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

PORTARIA 020 de 03 FEVEREIRO de 2023

– DESIGNAÇÃO DE FISCAL ADMINISTRATIVO E INDICAÇÃO DOS GESTORES DO CONTRATO – O(A) Secretário(a) de Saúde Sr. ANTONIO FERNANDO AMATO BOTELHO DOS SANTOS, nomeado pela Portaria nº 789, de 02 de Outubro de 2020, no uso de suas atribuições e de acordo com o previsto no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, resolve:

Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) Srª Cícera Eugênia Dantas da Cunha, matrícula nº 0.0000630.1, como **GESTOR(a)** do Contrato nº 042/2023, sendo este oriundo do Processo Licitatório nº 112/2022, Pregão Eletrônico nº 018/2022, celebrado entre o Município de Camaragibe e a Empresa **ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 14.323.297/0001-30.

Art. 2º - Designar o(a) servidor(a) Srª. Albilane Maria da Silva, matrícula nº 4.0001333.3, como **FISCAL ADMINISTRATIVO TITULAR**, e Srª. Maria Fátima Correia de Araújo Selva, matrícula nº 8.0103294.1, como **FISCAL SUPLENTE** do Contrato nº 042/2023, sendo este oriundo do processo licitatório nº 112/2022, Pregão Eletrônico nº 018/2022, celebrado entre o Município de Camaragibe e a empresa **ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 14.323.297/0001-30.

Parágrafo único. O mencionado contrato tem por **objeto** estabelecer os requisitos mínimos a serem observados no **Registro de Preços**, com validade de 12 meses, visando à **aquisição de enxoval hospitalar** para suprir as necessidades dos profissionais de saúde e pacientes dos serviços de urgência e emergência do município de Camaragibe, conforme especificações e estimativas de consumo nos itens que constituem o Apêndice I deste Termo de Contrato.

Art. 3º - Designar, como gestores do mencionado contrato, os Departamentos de Contratos e Convênios da Secretaria Municipal de Saúde e o Fundo Municipal de Saúde, nos termos do art. 13, da Orientação Técnica CGM nº 003/2019.

Art. 4º - As atribuições dos fiscais administrativos estão definidas pela Orientação Técnica CGM nº 003/2019, devendo os citados servidores atentarem especialmente para os arts. 12; 13, §§2º e 3º; 16; 25; 26 e 29 a 35, do mencionado dispositivo normativo.

Art. 5º - Os servidores mencionados nos artigos anteriores deverão ser formalmente notificados das funções que ora se lhes atribuem, utilizando-se, para tanto, de memorando instruído com cópias da publicação desta Portaria e da Orientação Técnica CGM nº 003/2019.

Parágrafo único. Recebendo o memorando, os servidores poderão arguir justo motivo que os impeçam de exercer a função de fiscal, a exemplo da falta de qualificação necessária ou, ainda, das hipóteses de impedimento e suspeição delineadas pelos arts. 22 e 23, da Orientação Técnica CGM nº 003/2019.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Camaragibe, 03 de fevereiro de 2023

Antonio Amato
Secretário de Saúde

Matéria publicada no Diário Oficial de Camaragibe - Estado de Pernambuco no dia 03/02/2023 A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: <https://diariooficial.camaragibe.pe.gov.br>



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

PORTARIA 020 de 03 FEVEREIRO de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE

PORTARIA 020 de 03 FEVEREIRO de 2023

– DESIGNAÇÃO DE FISCAL ADMINISTRATIVO E INDICAÇÃO DOS GESTORES DO CONTRATO – **O(A) Secretário(a) de Saúde Sr. ANTONIO FERNANDO AMATO BOTELHO DOS SANTOS, nomeado pela Portaria n° 789, de 02 de Outubro de 2020, no uso de suas atribuições e de acordo com o previsto no art. 67, da Lei Federal n° 8.666/93, resolve:**

Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) Srª Cícera Eugênia Dantas da Cunha, matrícula n° 0.0000630.1, como **GESTOR(a)** do Contrato n° 042/2023, sendo este oriundo do Processo Licitatório n° 112/2022, Pregão Eletrônico n° 018/2022, celebrado entre o Município de Camaragibe e a Empresa **ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o n° 14.323.297/0001-30.

Art. 2º - Designar o(a) servidor(a) Srª. Albilane Maria da Silva, matrícula n° 4.0001333.3, como **FISCAL ADMINISTRATIVO TITULAR**, e Srª. Maria Fátima Correia de Araújo Selva, matrícula n° 8.0103294.1, como **FISCAL SUPLENTE** do Contrato n° 042/2023, sendo este oriundo do processo licitatório n° 112/2022, Pregão Eletrônico n° 018/2022, celebrado entre o Município de Camaragibe e a empresa **ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o n° 14.323.297/0001-30.

Parágrafo único. O mencionado contrato tem por **objeto** estabelecer os requisitos mínimos a serem observados no **Registro de Preços**, com validade de 12 meses, visando à **aquisição de enxoval hospitalar** para suprir as necessidades dos profissionais de saúde e pacientes dos serviços de urgência e emergência do município de Camaragibe, conforme especificações e estimativas de consumo nos itens que constituem o Apêndice I deste Termo de Contrato.

Art. 3º - Designar, como gestores do mencionado contrato, os Departamentos de Contratos e Convênios da Secretaria Municipal de Saúde e o Fundo Municipal de Saúde, nos termos do art. 13, da Orientação Técnica CGM n° 003/2019.

Art. 4º - As atribuições dos fiscais administrativos estão definidas pela Orientação Técnica CGM n° 003/2019, devendo os citados servidores atentarem especialmente para os arts. 12; 13, §§2º e 3º; 16; 25; 26 e 29 a 35, do mencionado dispositivo normativo.

Art. 5º - Os servidores mencionados nos artigos anteriores deverão ser formalmente notificados das funções que ora se lhes atribuem, utilizando-se, para tanto, de memorando instruído com cópias da publicação desta Portaria e da Orientação Técnica CGM n° 003/2019.

Parágrafo único. Recebendo o memorando, os servidores poderão arguir justo motivo que os impeçam de exercer a função de fiscal, a exemplo da falta de qualificação necessária ou, ainda, das hipóteses de impedimento e suspeição delimitadas pelos arts. 22 e 23, da Orientação Técnica CGM n° 003/2019.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Camaragibe, 03 de fevereiro de 2023

Antonio Amato

Secretário de Saúde

Matéria publicada no Diário Oficial de Camaragibe - Estado de Pernambuco no dia 03/02/2023 A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: <https://diariooficial.camaragibe.pe.gov.br>